

**ILMO. SENHOR PREGOEIRO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA
3ª REGIÃO -TRT**

TKE 016353

Ref. Pregão Eletrônico nº 06/2022

TK ELEVADORES BRASIL LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 90.3447.80/0007-03, com endereço na Rua Ouro Preto nº 337, 339, Bairro Barro Preto, CEP 30170-040, através de seu representante legal (procuração anexa), vem, respeitosamente, perante Vossa Senhoria, com base no disposto pela Lei Federal nº 10.520/2002, apresentar **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE LICITAÇÃO**, pelos fundamentos fáticos e jurídicos a seguir expostos.

I. DAS RAZÕES DE IMPUGNAÇÃO

1. DA GARANTIA CONTRATUAL

O Termo prevê que a contratada deverá apresentar garantia contratual no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos contados da assinatura do contrato, conforme cláusula 9. RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA abaixo transcrito.

9.6 A CONTRATADA deverá prestar garantia contratual de 5% (cinco por cento) do valor global do contrato, nas modalidades previstas no art. 56 da lei nº 8.666/93 em até 10 (dez) dias úteis após o início do período contratual. Caso seja adotada a modalidade "caução", e a mesma não seja utilizada, o valor será devolvido em até 30 (trinta) dias corridos após o recebimento definitivo da última parcela dos serviços.

Contudo, a apresentação da garantia neste curto espaço de tempo pode se mostrar inexecutável dependendo da modalidade escolhida pela licitante vencedora.

Exemplificativamente, caso a vencedora opte pela modalidade de seguro garantia, forma usualmente escolhida pelas empresas participantes, a

contratada dependerá da assinatura do contrato para encaminhamento da garantia junto à seguradora.

Conclui-se, assim, que é evidentemente inexecutável a obrigação de apresentação da garantia no prazo de estipulado, visto que o contrato assinado é, muitas vezes, condição para obtenção da respectiva garantia.

Dessa forma, para que a obrigação se torne viável, bem como a contratação fique devidamente garantida, é razoável a **concessão do prazo de 30 (trinta) dias** a contar da assinatura do instrumento contratual para apresentação da garantia, independentemente da modalidade escolhida pela parte contratada.

Sendo assim, a ora Impugnante requer seja retificado o ato convocatório, para que conste tempo hábil para apresentação de garantia contratual, tornando a obrigação executável e permitindo a participação do maior número de empresas interessadas no certame.

2.DA PERIODICIDADE DAS MANUTENÇÕES

O Termo de Referência prevê que seja realizada manutenção preventiva diária, conforme item 7, letra "a", abaixo transcrito.

7. HORÁRIOS E PRAZOS PARA AS MANUTENÇÕES

7.1 O atendimento a manutenção dos elevadores (preventiva e corretiva) deverá ser realizado conforme disposições abaixo.

a) A manutenção preventiva nestes elevadores deverá ser realizada diariamente durante o horário de expediente do profissional residente:

Antes de qualquer coisa, importante referir que a manutenção preventiva da maneira como encontra-se o edital – tantas vezes quantas necessárias ocasiona a elevação dos custos para a empresa contratada e consequentemente o aumento no valor da proposta a ser apresentada.

Assim, mostra-se desnecessária a manutenção tantas vezes quantas necessárias, servindo apenas para majorar os custos em relação aos serviços a serem prestados, até porque existe a **obrigação de cumprimento, por parte da contratada, dos prazos máximos de atendimento aos chamados da contratante.**

A administração e a responsabilidade pela execução dos serviços serão garantidas, na medida em que os serviços devem e serão executados em total observância aos termos contratuais, com a prestação do competente serviço de manutenção preventiva e corretiva durante o período contratual.

Portanto, a competente administração e regularidade dos serviços executados são de amplo interesse da empresa contratada, o que torna

absolutamente desnecessária a manutenção tantas vezes quantas necessárias, obrigação que somente aumentará os custos de execução do objeto do certame.

Por estes fundamentos, sugere a ora **Impugnante** que a manutenção seja realizada mensalmente, diante da onerosidade excessiva e da prescindibilidade da obrigação para regular prestação dos serviços de manutenção contratados.

3. DA MANUTENÇÃO DE TÉCNICO RESIDENTE

Extrai-se do edital a obrigação da contratada em **manter um técnico residente nos locais, durante a contratação**, o que se extrai do item transcrito a seguir:

6.3. A CONTRATADA deverá disponibilizar técnico residente durante um período de 8 (oito) horas diárias, de segunda a sexta feira, nos dias em que houver expediente neste Regional, na capital. O horário será acordado com a fiscalização. Não estão contabilizados neste período o horário de almoço do profissional.

6.4. Do Técnico Residente:

a) O profissional mencionado deve possuir experiência comprovada através de registro na Carteira de Trabalho e Previdência Social de no mínimo de 06 (seis) meses na atividade de manutenção em elevadores.

b) Possuir habilidades nas áreas mecânica, elétrica e operacional de elevadores. A habilidade nas referidas matérias será verificada pela fiscalização durante a execução dos trabalhos, podendo, a FISCALIZAÇÃO, a qualquer momento exigir a troca do técnico residente que não possua as qualificações requeridas, a substituição deverá ocorrer em até 15 (quinze) dias corridos.

c) A indicação do profissional deve ser feita até a data de início do contrato e deverão ser encaminhadas à fiscalização certificados de treinamento do profissional para verificação inicial da capacitação técnica nas áreas mencionadas.

Antes de qualquer coisa, importante referir que a manutenção de técnicos residentes ocasiona a elevação dos custos para a empresa contratada e conseqüentemente o aumento no valor da proposta a ser apresentada.

No entanto, ratificamos que mostra-se desnecessário, servindo apenas para majorar os custos em relação aos serviços a serem prestados, até porque existe a **obrigação de cumprimento, por parte da contratada, dos prazos máximos de atendimento aos chamados da contratante, bem como realização dos serviços de manutenção preventiva regularmente.**

A administração e a responsabilidade pela execução dos serviços serão garantidas independentemente de tal providência, na medida em que os serviços devem e serão executados em total observância aos termos contratuais, com a prestação do competente serviço de manutenção preventiva e corretiva durante o período contratual.

Portanto, a competente administração e regularidade dos serviços executados são de amplo interesse da empresa contratada, o que torna absolutamente desnecessária a manutenção de técnicos mecânicos residentes no local, obrigação que somente aumentará os custos de execução do objeto do certame.

Por estes fundamentos, requer a ora **Impugnante** seja eliminada a obrigação de manutenção de técnico residente nos locais de prestação dos serviços, diante da onerosidade excessiva e da prescindibilidade da obrigação para regular prestação dos serviços de manutenção contratados.

4. DA GARANTIA DOS SERVIÇOS

Requer, ainda, seja retificado o prazo de 06 (seis) meses da garantia, a contar do término do contrato, conforme itens que segue:

16.1. A CONTRATADA deverá dar garantia mínima para os serviços prestados, incluindo as peças e componentes eventualmente substituídos, por um tempo mínimo de 6 (seis) meses, período no qual a CONTRATADA será obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os serviços ou componentes em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

Da forma como se encontra o edital não há como uma fabricante de elevadores estender a garantia de 06 (seis) meses para um equipamento após a finalização de seu contrato, quando outra empresa poderá estar a cargo da manutenção do equipamento que forneceu e instalou.

O prazo para execução do serviço é de 12 (doze) meses podendo ser prorrogado até o limite de 60 (sessenta) meses. Tendo em vista esse limite temporal, não é cabível exigir que a contratada seja responsável pelos equipamentos/peças por período superior. Não há amparo jurídico para tanto.

O prazo máximo de garantia exigível é o de 90 (noventa) dias previsto no artigo 26, inciso II, do Código de Defesa do Consumidor. Para que se possa extrapolar esse tempo, deve haver continuidade da assistência técnica dos equipamentos pela contratada. Portanto, requeremos seja revisto o item transcrito, a fim de que o prazo nele previsto seja o mesmo da lei consumerista.

5. DAS MULTAS CONTRATUAIS – DOSIMETRIA NOS PERCENTUAIS

O Termo de Referência (19. SANÇÕES) disciplina a sujeição da contratada a multas moratórias e sancionatórias que, em geral tem como base de cálculo o valor global do contrato.

A soma do valor correspondente a todas as multas de mora está estabelecida na minuta de contrato até o percentual de 20% (Vinte por cento) sobre o valor total do contrato.

Assim regula a minuta do contrato:

19.1. A Administração poderá, garantida ampla e prévia defesa, aplicar à CONTRATADA, segundo a extensão da falta cometida, as seguintes penalidades.

I. Penalidades aplicadas baseadas no Acordo de Nível de serviço (Anexo I e capítulo 11) deste Termo.

II. Multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso calculada sobre o valor mensal da contratação (1/12 do valor do contrato), cabível nos casos de atrasos injustificados de até 30 (trinta) dias, no cumprimento de qualquer dos prazos estabelecidos neste Termo de Referência.

III. Multa por inexecução parcial do contrato de até 15% (quinze por cento), calculada sobre o valor mensal da contratação (1/12 do valor do contrato), a ser aplicada no atraso injustificado superior a 30 (trinta) dias, em substituição à penalidade prevista no subitem anterior, ou por indisponibilidade do técnico residente em qualquer período.

IV. multa por inexecução contratual parcial de até 15% (quinze por cento), calculada sobre o valor total do contrato, conforme a gravidade da infração, cabível nas demais hipóteses de inexecução contratual;

V. multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, na hipótese de a CONTRATADA, injustificadamente, desistir do Contrato ou der causa a sua rescisão

Todavia, usar o valor global como referência para a aplicação de multas de mora se mostra atentatório aos basilares princípios da proporcionalidade e razoabilidade, uma vez que o percentual aplicado sobre o valor total do contrato é excessivo e altamente oneroso frente a tipificação definida no contrato.

Nos casos em tela, o percentual máximo de sanção a título de multa de mora, seria num **patamar máximo de 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela inadimplida**, evitando-se assim, desproporcionalidade na aplicação da medida e insegurança jurídica para as empresas licitantes.

A respeito da proporcionalidade das sanções, leciona com propriedade Marçal Justen Filho:

(...) é pacífico que o sancionamento ao infrator deve ser compatível com a gravidade e a reprobabilidade da infração.
(...) é dever do aplicador dimensionar a extensão e a intensidade da sanção aos pressupostos de antijuridicidade apurados.

O TCU, sobre o tema, dispôs:

Estipule, em atenção aos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, penalidades específicas e proporcionais a gravidade dos eventuais descumprimentos contratuais; Acórdão 1453/2009 Plenário

Assim, requer seja retificado o Edital no que tange à imposição das multas, **alterando seu patamar máximo ao limite de 10% sobre o valor da parcela inadimplida**, para garantia da segurança jurídica das licitantes.

II - DO PEDIDO

Ante o exposto, requer seja **conhecida e acolhida** a presente Impugnação, em todos os seus termos, para que Vossa Senhoria se digne retificar o edital nos itens impugnados, com a finalidade de preservar a integridade e harmonia lógica do certame, dentro da legislação aplicável as contratações realizadas pelos entes públicos.

Outrossim, requer sejam atendidas as solicitações de esclarecimentos técnicos apresentadas em conjunto com a presente impugnação.

Termos em que pede e espera deferimento.

Belo Horizonte (BH), 23 de Maio de 2022.


Representante legal
TK Elevadores Brasil LTDA

CAIO CÉSAR PERDIGÃO M. DE ARÁUJO
Coordenador Vendas Serviços/MG
TK Elevadores Brasil Ltda
CPF: 070.344.366-65